



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022

Processo Licitatório nº: 12.707/2020

Processo de Recurso nº: 16.058/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de informática a fim de prestar serviços de solução Web integrada para Gestão da Saúde Pública, com licença de uso de software OU Open Source, para implantação, treinamento e manutenção para atender as necessidades das seguintes áreas: Regulação, Atenção Básica, Gestão Hospitalar, Vigilância em Saúde e Gestão Administrativa, contemplando as seguintes funcionalidades dos respectivos módulos descritos neste Termo de Referência: Almoxarifado, Aplicativo Mobile, Atenção Básica, Business Intelligence, Cadastro, Centro Cirúrgico, Consultas, Emergência, Exames, Farmácia, Faturamento, Internação, Portal da Transparência, Prontuário Eletrônico do Paciente e Registro de Ponto Mobile, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Ordem Judicial, TFD, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

RECORRENTE: A4PM ANALYTICS FOR PUBLIC MANAGEMENT LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRA



Comissão de Pregão III

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **A4PM ANALYTICS FOR PUBLIC MANAGEMENT LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no **Edital Pregão Eletrônico n.º 070/2022**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 070/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 14:00 horas do dia 08 de junho de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 22/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 12.707/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº



Comissão de Pregão III

070/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA na área de informática A FIM DE PRESTAR SERVIÇOS DE SOLUÇÃO WEB INTEGRADA PARA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA, COM LICENÇA DE USO DE SOFTWARE OU OPEN SOURCE, PARA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SEGUINTE ÁREAS: REGULAÇÃO, ATENÇÃO BÁSICA, GESTÃO HOSPITALAR, VIGILÂNCIA EM SAÚDE E GESTÃO ADMINISTRATIVA, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE FUNCIONALIDADES DOS RESPECTIVOS MÓDULOS DESCRITOS NESTE TERM. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 17:12:46 do dia 08/06/2022 foi reaberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 070/2022;

Foram registradas duas intenções de recursos, as quais foram aceitas pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **A4PM ANALYTICS FOR PUBLIC MANAGEMENT LTDA**, apresentou o recurso para o Grupo 01 em 14/06/2022.

A empresa **NOBE SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTDA** apresentou Contrarrazões para o Item 01.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese:



Comissão de Pregão III

"AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO OU ATESTADO INFORMANDO CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD"

IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Alega a RECORRIDA, em síntese, que:

"Inicialmente, cumpre registrar que a exigência de tal declaração é imprestável ao processo licitatório, uma vez que as exigências da lei de proteção de dados, devem ser respeitadas por um simples e conhecido motivo, qual seja, o que de as leis devem ser respeitadas por todos, independentemente de seu conhecimento ou não delas."

V. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,



Comissão de Pregão III

da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **A4PM ANALYTICS FOR PUBLIC MANAGEMENT LTDA**

Inicialmente cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou a Procuradoria Geral do Município, tendo em vista tratar-se de questões jurídicas, na forma que dispõe o item 25.5 do edital, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da recorrente, a Procuradoria Geral do Município resumidamente opinou:

"A ausência de juntada por equívoco ou imperícia também não exclui a possibilidade de sua juntada superveniente..."

"...admite-se a juntada de tais documentos, na forma acima orientada..."

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município (documento em anexo), sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **A4PM ANALYTICS FOR PUBLIC MANAGEMENT LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 070/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do julgamento anteriormente proferido, MANTENDO habilitada a empresa **NOBE SOFTWARE DE GESTÃO INTEGRADA LTDA** no pregão em comento.



Comissão de Pregão III

Diante do não provento do recurso interposto, encaminho o presente processo **para decisão, pela autoridade superior**, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 070/2022.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 08 de setembro de 2022.

ELIZA SOUZA MACHADO

Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380